A educação nos próximos quatro anos



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto

Os números mostram que continuamos avançando na educação. Praticamente universalizamos o atendimento de 4 a 17 anos — da pré-escola ao ensino médio — e reduzimos substancialmente a defasagem idade-série, em grande parte porque melhoramos as taxas de aprovação. Mas continuamos patinando no quesito aprendizagem adequada e na redução das desigualdades escolares. A pergunta que se coloca, neste momento, é: como podemos avançar nesse quesito?

Em primeiro lugar, a qualidade do professor — esse é o fator intraescolar mais importante para avançarmos na aprendizagem escolar. O país precisa avançar, e muito, na qualidade da formação docente. Não é uma questão de mais conteúdo, e, sim, de uma teoria alinhada à prática, ao chão de escola.

O segundo fator tem a ver com a qualidade da gestão escolar. Precisamos formar lideranças transformacionais, que mobilizem pessoas e conhecimentos em torno do projeto escolar. As pesquisas mostram que esse é o segundo fator intraescolar mais importante no avanço da aprendizagem.

O terceiro fator tem a ver com a oferta de uma educação integral, uma educação que prepare adequadamente nossos estudantes para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, como preconiza o Artigo 205 da Constituição Federal.

Nesse sentido, o país tem uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que afirma que nossos estudantes devem desenvolver, ao longo de toda a educação básica, 10 competências que decorrem da oferta dessa educação integral. Precisamos preparar nossos estudantes não para o passado do professor, mas para o futuro que os espera. As mudanças, não só no mundo do trabalho, mas em todo o ecossistema da vida, são cada vez mais disruptivas, empurradas pelas novas tecnologias e pela inteligência artificial (IA). Com isso, não estou dizendo que o mundo é digital, mas, sim, "figital" — físico, digital e social.

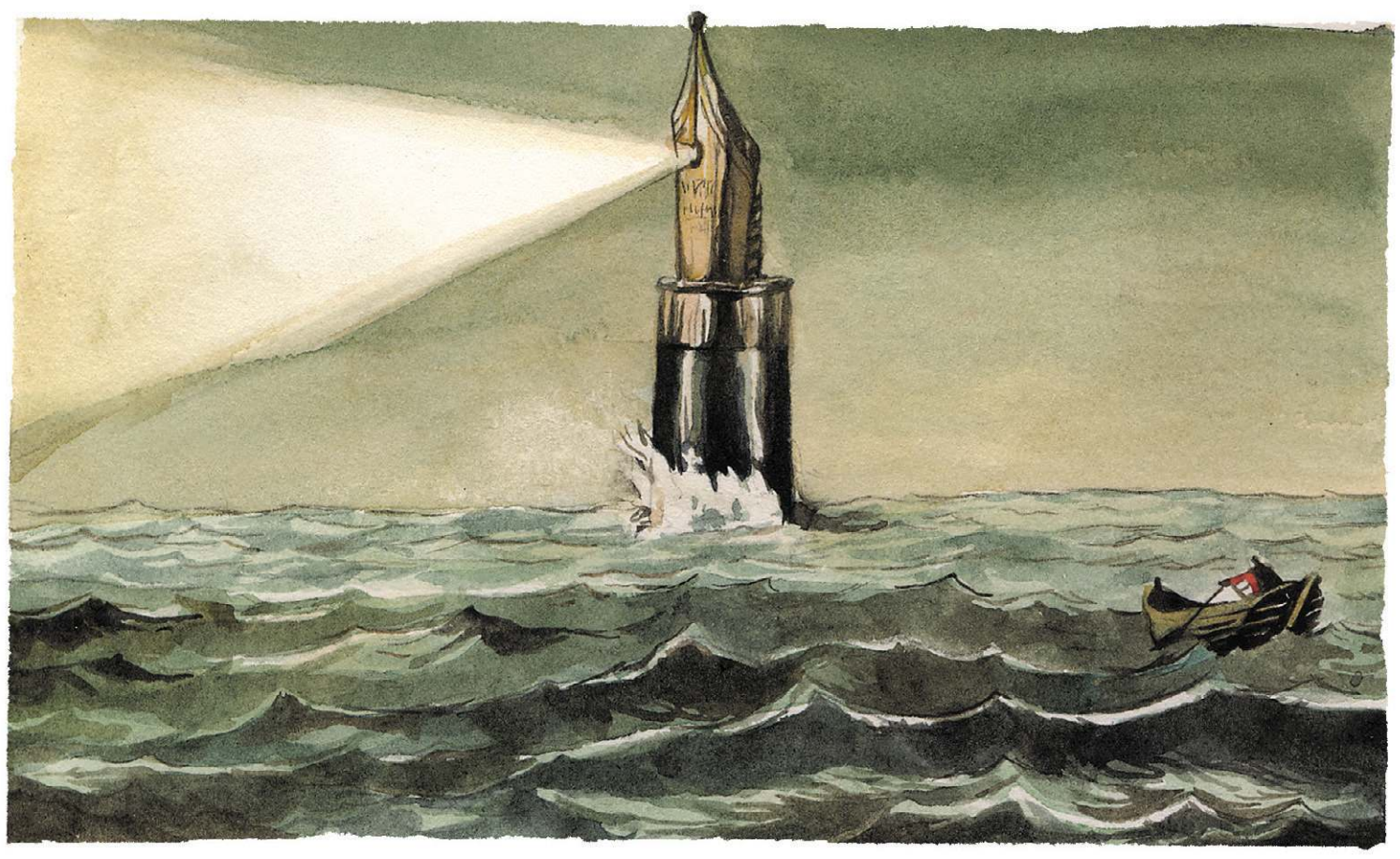
Mas, dentre essas competências, sem dúvida a digital é absolutamente estratégica. Por isso, algumas escolas começam a oferecer um ensino trilíngue — língua portuguesa, língua inglesa e a linguagem digital. Nessas eleições, vimos que não podemos mais separar o mundo social do mundo digital. Essa competência refere-se à cultura digital, que, se desenvolvida, os estudantes terão por meio dela a capacidade de usar, compreender e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética. Isso envolve habilidades como o uso de ferramentas multimídia, programação básica, análise de dados e o entendimento do impacto social das tecnologias, promovendo o protagonismo e a cidadania digital responsável. Ou seja, um diálogo estreito com outras das 10 competências da BNCC.

Dentre os nossos desafios, não podemos nos esquecer da educação infantil — creche e pré-escola —, pois estamos tratando do alicerce fundamental para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança até os 5 anos de idade. O desafio da oferta de creche ainda persiste, não apenas na criação de mais vagas, mas na qualidade dessa oferta. Creche não pode ser sinônimo de "depósito de crianças".

Na outra ponta da educação básica, encontra-se o ensino médio — a chamada "escola do jovem", que precisa de fato ser em tempo integral, com educação integral. Mas o ensino médio precisa ser diversificado, na perspectiva de formar jovens que estejam aptos a ingressar no mundo do trabalho — aqui me refiro ao ensino técnico profissionalizante —, e precisa ser uma oferta alinhada com a demanda, para que o esforço da conclusão resulte em maiores chances de empregabilidade. E o Pé-de-Meia — programa de incentivo financeiro-educacional do governo federal — é importante para aqueles jovens que precisam de renda para viver e possam assim dedicar-se exclusivamente aos estudos.

No ensino superior, temos ainda o desafio do atendimento: apenas 22% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados nesse nível de ensino. A meta — ainda no primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) — era de alcançar 33% de 2001 a 2010. Ficamos longe disso, e continuamos longe. Sem ter a pujança de tempos atrás de um Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e de um Prouni (Programa Universidade para Todos) para alavancar matrículas no ensino superior, torna-se necessário pensar no modelo de financiamento; e, nesse caso, incluo também as universidades federais, que deveriam inspirar-se no modelo de autonomia das universidades estaduais de São Paulo. Estamos ainda presos ao debate da qualidade porque não desenvolvemos um modelo adequado para aferi-la; ficamos no debate, muitas vezes vazio, do presencial versus o EaD (ensino a distância), ou do chamado híbrido. O fato é que precisamos organizar melhor o nosso sistema de ensino superior, tanto na área pública como na particular.

Bons desafios precisam de uma boa liderança transformacional no Ministério da Educação (MEC) — e que o presidente Lula esteja inspirado na escolha de seu futuro ministro, pois essa área, como sabemos, é determinante para o futuro do país.



Apesar de você, o imposto vai crescer



» VALDIR OLIVEIRA
Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal

Em 1970, Chico Buarque lançou *Apesar de você*, uma canção que se tornou símbolo da resistência ao autoritarismo. Mais de meio século depois, a música continua inspirando reflexões sobre o poder, suas promessas e suas contradições.

No Distrito Federal, bastaram cinco dias para que uma promessa eleitoral encontrasse uma decisão em sentido contrário. Em 22 de outubro, às vésperas do segundo turno das eleições, a governadora afirmou publicamente o compromisso de não aumentar os impostos sobre combustíveis. Cinco dias depois, em 27 de outubro, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), com a participação do Distrito Federal, aprovou o reajuste do ICMS sobre gasolina, diesel e gás de cozinha.

No diesel, o imposto passará de R$ 1,17 para R$ 1,30 por litro, aumento de 11,1%. No gás de cozinha, a elevação será de 4,76%, passando de R$ 1,47 para R$ 1,54 por quilo. Isso representa R$ 0,91 a mais de imposto por botijão de 13 quilos, a partir de fevereiro de 2027.

Existe uma contradição na política tributária do Distrito Federal: aumenta-se a tributação de um produto essencial às famílias mais pobres, enquanto se mantém a isenção de IPVA que pode beneficiar proprietários de veículos de luxo.

Enquanto o proprietário de um automóvel elétrico de R$ 600 mil pode ser dispensado de pagar R$ 18 mil de IPVA por ano, o ICMS sobre o gás de cozinha, utilizado diariamente pelas famílias, vai aumentar.

Não se trata de condenar os incentivos à mobilidade sustentável, mas de questionar uma política tributária que pode beneficiar a propriedade de veículos de luxo enquanto eleva a tributação sobre um produto essencial à alimentação das famílias.

A questão não é apenas quanto cada um paga, mas quanto esse pagamento representa no orçamento de cada um. Para quem possui um automóvel de R$ 600 mil, a isenção pode representar uma vantagem tributária expressiva, mas, para quem vive com renda limitada, qualquer aumento sobre um produto essencial exige sacrifícios muito prejudiciais à família. Tirar recursos dos mais vulneráveis pode representar redução de comida na mesa para a sua família.

O contraste ganha relevância quando examinamos as declarações do próprio governo sobre suas contas públicas. Em agosto, o secretário de Economia anunciava a perspectiva de encerrar 2026 com superavit de R$ 3 bilhões, revertendo projeções anteriores de deficit de R$ 6 bilhões. O GDF também divulgava avanços na recuperação fiscal e na capacidade de pagamento.

Essas projeções não demonstram que o reajuste do ICMS fosse desnecessário. Mas reforçam uma pergunta: se as contas públicas estavam melhorando e havia uma promessa expressa de não aumentar impostos, por que o Distrito Federal participou da aprovação do reajuste?

Qual foi a posição efetivamente defendida pelo representante do DF no Confaz? Houve manifestação contrária? Foi apresentada alguma alternativa para evitar o aumento? São perguntas que precisam ser respondidas com transparência.

Na canção de Chico Buarque, a expressão "hoje você é quem manda" retrata um poder que não admite contestação. No Distrito Federal, a sequência dos acontecimentos provoca uma reflexão semelhante: antes das eleições, uma promessa; depois, uma decisão tributária em sentido contrário. O poder de decidir não dispensa o dever de explicar.

Promessas eleitorais não podem ser tratadas como declarações sem consequências. São compromissos públicos que devem orientar as decisões administrativas ou, quando não puderem ser cumpridos, exigir explicações convincentes.

A contradição mais perigosa não é aquela que um governante tenta explicar, mas aquela que seus apoiadores se dispõem a justificar, mesmo quando são eles próprios que pagam a conta.

A democracia não exige que governantes jamais revejam suas posições. Exige, porém, que expliquem suas mudanças, sobretudo quando elas acontecem poucos dias depois de uma eleição.

Em 22 de outubro, a promessa. Em 25, a eleição. Em 27, a aprovação do reajuste. O que mudou nesses cinco dias? Com certeza, não foi a legislação, nem o modelo de tributação.

A credibilidade de um governo é medida pelo respeito à palavra dada e pela justiça de suas escolhas tributárias. E no Distrito Federal, apesar da promessa, o imposto vai crescer.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

A derrota de Trump e as relações com o Brasil

Na terça-feira, 3 de novembro, os democratas conquistaram a Câmara e o Senado dos Estados Unidos, segundo as projeções de CBS e NBC, em uma vitória que incluiu cadeiras republicanas em Texas, Iowa, Kansas, Ohio, Maine, Carolina do Norte e Carolina do Sul. As contagens finais ainda estão sendo fechadas, mas o recado é inequívoco. O próprio Trump admitiu ao *Wall Street Journal* que a guerra com o Irã foi "parte" da derrota, num cenário de combustíveis mais caros e eleitor preocupado com o custo de vida.

Antes de qualquer especulação, dois ajustes de premissa. Primeiro, Trump perdeu o Congresso, não o poder: segue presidente até janeiro de 2029 e, como lembram analistas ouvidos pela CNBC, conserva enorme latitude em política externa. Segundo, a direita brasileira não perdeu apenas um aliado no Capitólio. Perdeu há 10 dias a Presidência: Lula foi reeleito em 25 de outubro com 51,79% dos votos válidos, contra 48,21% de Flávio Bolsonaro, depois de terminar o primeiro turno atrás. O PL, no entanto, sai das urnas com a maior bancada da Câmara e do Senado, o que preserva peso institucional considerável.

Consequências diretas

O primeiro ponto de contato é comercial. Washington aplicou sobretaxas ao Brasil em 2025 e, em julho deste ano, após investigações do USTR, impôs novas tarifas adicionais de 25% e 12,5% sobre produtos brasileiros. O governo Lula sustenta que a motivação é política, já que os EUA têm superavit na relação bilateral. Um Congresso democrata pode pressionar, investigar e votar resoluções, mas não assina o acordo por Trump.

Duas vias

O mesmo vale para as sanções a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que são atos do Executivo. O que muda é o ambiente político: os democratas já pediram, em 2023, que Jair Bolsonaro deixasse a Flórida, e a base de Lula celebrou o resultado com ironias sobre Eduardo e Flávio. Trump, por sua vez, ainda não havia felicitado Lula até a última apuração disponível. Há, portanto, duas hipóteses em aberto: um Trump enfraquecido que busca acordos e vitórias fáceis, ou um Trump ressentido que endurece com governos que lhe são hostis. O Planalto trabalha com as duas.

De olho

Os sinais a observar são concretos: se haverá felicitação formal a Lula, qualquer revisão das tarifas de julho, o resultado das primeiras votações sobre poderes de guerra no Irã e a postura da bancada do PL no Congresso brasileiro, que pode escolher entre defender a ponte com Washington ou priorizar o interesse econômico nacional. Em todos os cenários, o desfecho dependerá menos de rótulos ideológicos do que de ações verificáveis dos dois governos.

Resultado americano

A esquerda ganha fôlego simbólico e uma possível janela de negociação; a direita perde um trunfo externo e é forçada a repensar sua dependência de Washington. Quem viu em 2026 uma "internacional conservadora" invencível terá de reconhecer que eleitores, em Brasília e nos Estados Unidos, decidem com base em preços, guerra e conduta de governo. A nova lição é de pragmatismo: Estados têm interesses permanentes, e as afinidades de ocasião, de qualquer lado, valem tanto quanto a última urna.

Fora da agenda?

Há razões para crer que a atenção presidencial será disputada. Democratas planejam votações para restringir a guerra no Irã, podem usar o poder do orçamento e prometem investigações. Governos do Golfo avaliam que Trump tem agora mais incentivo para buscar um acordo, embora uma derrota eleitoral também possa encorajar Teerã. Na Ucrânia, o Congresso pode reabrir a discussão sobre sanções e ajuda, ainda que o veto presidencial limite o alcance. A conclusão é que a América do Sul continuará periférica, mas não desaparece da agenda: comércio, energia, minerais e a disputa com a China seguem interesses de Estado, que não dependem de afinidades ideológicas.

Ao fim, ao cabo

Cabe ainda um alerta aos dois lados do debate brasileiro. À esquerda, o risco é confundir a derrota de um adversário em outro país com a solução dos problemas internos: inflação, segurança e a divisão quase meio a meio do eleitorado, evidenciada pelos 4,4 milhões de votos de diferença, seguem à espera de resposta. À direita, o risco é tratar o revés americano como fatalidade, quando a própria virada de Lula no segundo turno mostrou que a disputa é aberta e que a mobilização, a mensagem e o candidato pesam mais do que padrinhos externos.

A frase que foi pronunciada

"Aconteceu no Brasil. Acabou de acontecer nos EUA. E acontecerá em breve na Espanha."

Pedro Sanchez

História de Brasília

*Como católicos, nós respeitamos as Santas Pregações, mas não podemos deixar de considerar um abuso do uso de alto-falantes. (***Publicada em 27/5/1962***)*